

Senado aprova um pacote de aumentos

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

Enquanto o governo fala em cortes para zerar a dívida pública, os parlamentares aprovaram nos últimos dois dias um pacote de bondades a servidores que elevarão gastos. Em tempo recorde, os senadores, a maioria da base aliada ao Palácio do Planalto, aprovaram, ontem, aumentos de salário para juízes e procuradores do Ministério Público. Decidiram aceitar também reajustes para policiais e bombeiros do DF (*leia mais na página 27*). Os deputados já tinham apoiado os aumentos na noite de quarta-feira.

Os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República saltarão de R\$ 19.170 para R\$ 21.500, retroativos a janeiro deste ano. O aumento em 2006 está quase garantido. No próximo ano, os mais altos integrantes do Judiciário e do Ministério Público terão remuneração mensal de R\$ 24.500.

Para que os reajustes sejam concedidos basta apenas a sanção do presidente Lula. Isso só ocorrerá, porém, quando for aprovado um projeto de crédito suplementar de R\$ 184 milhões. O dinheiro vai reforçar os cofres públicos, que não suportariam neste momento o reajuste. O líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), reclamou da falta de verba para bancar o aumento. Mas o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), garantiu que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, enviará o pedido de crédito ao Congresso. Com isso, a expectativa dos juízes é a de que em, no máximo, 30 dias, o reajuste será concedido com a sanção do projeto.

Lobby

Desde janeiro, juízes e procuradores trabalham para obter o aumento. O projeto ficou em banho-maria até agora porque se misturou à cruzada do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), para aumentar os salários dos parlamentares.

O presidente do STF, Nelson Jobim,

chegou a ajudar na tentativa de Severino. Com a reação da opinião pública, o presidente da Câmara recuou da idéia.

Agora, com a aprovação do aumento para juízes e procuradores, o reajuste de salários de deputados e senadores poderá sair em breve. É o que acredita o senador Geraldo Mesquita (PSol-AC), o único a orientar o partido a votar contra a elevação salarial para o Judiciário na votação no Senado.

"Este reajuste nos subsídios permitirá que em breve o Congresso se mobilize para elevar o salário dos parlamentares", prevê.

"O Congresso está sob intensa suspeição que não pode se dar ao luxo de fazer essas gracinhas."

O relator do projeto no Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), no entanto, argumentou que os magistrados precisam ser bem remunerados.

É o que defende também o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), José Nilton Pandelot, que acompanhou a votação. Para ele, não haverá arranhões na imagem do Judiciário após a concessão do aumento.

"O cidadão não quer saber se o juiz ganha R\$ 1 mil ou R\$ 10 mil, quer é eficiência", diz.

O reajuste para os ministros do STF provocará aumentos em cascata no Judiciário. Pandelot argumenta, porém, que também haverá cortes de salários.

O projeto regulamenta o teto salarial do funcionalismo. "Hoje tem muita gente acima do teto. Vamos acabar com os supersalários."

José Varella/CB/29.4.04



MESQUITA CONDENOU REAJUSTE SALARIAL PARA OS PARLAMENTARES, TEMENDO REAÇÃO POPULAR